

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

ATA DE REUNIÃO – 25/05/2023

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às 16:00 h, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Transportes, designados pelo Decreto Rio "P" nº 374 de 09 de julho de 2021, alterado pelo Decreto Rio "P" nº 411 de 15 de julho de 2022, conforme lista de presença em anexo. O Conselheiro Suplente da SMTR, o Chefe de Gabinete Manuel Osorio, deu início a reunião, em nome da Secretária Maína Celidonio, agradecendo a presença de todos e informando a pauta da presente, a saber: (i) Destaques de Ações da SMTR; (ii) 01 (um) ano do Acordo Judicial – SPPO e (iii) PMI Transporte Lagunar da Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Continuando, apresentou o primeiro item da pauta, os destaques das ações da Secretaria de Transportes, no período de abril/2023 a maio/2023, a saber: Lançamento do novo sistema de multas pelo aplicativo da Carteira de Digital de Trânsito; Retorno da linha 43 – Santa Efigênia x Fundão do Corredor Transcarioca do BRT; e Cadastro presencial do MOTO.RIO. Quanto ao segundo item da pauta – 01 (um) ano do Acordo Judicial – SPPO, o Sr. Manoel Osorio explicou que em 01 de junho celebrará um ano do Acordo Judicial realizado entre o Ministério Público / Rio Ônibus / Secretaria Municipal de Transportes – SMTR, discorreu sobre os resultados desse período, apresentando pontos da crise do sistema de transportes em números como a queda contínua de demanda desde 2015 e agravada pela pandemia; os aumentos substantivos do diesel, a tarifa congelada por decisão judicial desde 2019 sendo "destravada" com o acordo judicial e a decisão da Prefeitura em manter a tarifa pública constante em 2022, no valor de R\$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos) e, em 2023, reajustada para R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos). Informou as entregas realizadas para viabilizar o subsídio, a saber: realização de 12 (doze) audiências públicas apresentando mudanças de itinerário e linhas novas para a população; construção de uma nova API para recebimentos de dados mais seguros dos concessionários; construção de dashboards através de painéis com informações para a sociedade civil e órgãos de controle sobre a operação dos Consórcios por linha e veículo identificado no GPS; Transparência com divulgação no site da SMTR de todos os relatórios e informações sobre o subsídio; publicação e alterações de legislação com a edição de 10 (dez) resoluções e 03 (três) decretos; elaboração de Plano Operacional, onde a SMTR passou a definir a operação em viagens, intervalo e quilometragem de cada linha da cidade, em substituição à determinação da frota; reuniões com os consórcios do SPPO para análises técnicas de todas as linhas do plano operacional da SMTR; Algoritmo único, um sistema desenvolvido pela SMTR para cálculo da quantidade de km percorridos; e aplicação de penalidades através de desconto no valor pago aos consórcios por descumprimento do plano operacional e por falta de climatização durante as viagens. Registrou a retomada de serviços do SPPO desde junho/2022, 71 (setenta e uma) linhas restabelecidas e 636 (seiscentos e trinta e seis) pontos de ônibus voltaram a ter atendimento. Informou a Evolução - Quantidade de KM Planejadas, Validadas e Pagas, registrando o aumento de 21% (vinte e um por cento) dos km percorridos identificados pela SMTR em dias úteis de junho/22 a abril/23 e o aumento de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) dos km planejados em dias úteis de junho/22 a abril/23. O Sr. Paulo Valente, representante da Rio Ônibus, sugere que seja feita uma reunião mensal ou de dois em dois meses de prestação de contas junto ao Ministério Público. O Sr. Manuel Camilo informou que foi feito um balanço de 06 (seis) meses com o MP. O representante do Fórum de Mobilidade Urbana, Sr. Licínio Rogério, registrou a falta de transportes na Zona Oeste onde as vans ilegais estão atuando e questionou o que está sendo feito quanto a isso. O Sr. Manuel Osorio registrou que é inegável a atuação das vans, e a matéria é um objetivo da Secretaria, sendo a fiscalização das mesmas realizada pela SEOP através da Coordenadoria Especial de Transporte Complementar - OP/CETC e é um problema de segurança pública também. Quanto ao terceiro item da pauta -PMI Transporte Lagunar da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, o Sr. Manuel Osorio passou a palavra ao Sr. Lucas Costa, Diretor de Estruturação de Projetos da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR, para apresentação da matéria, que fez uma explanação



sobre o referido projeto. Registrou que foi lançado um chamamento de PMI nessa gestão, tendo dois grupos autorizados onde um entregou o estudo, apresentando: a estimativa que mais de um milhão de pessoas residam na área de influência do Complexo Lagunar, representando 16% (dezesseis por cento) da população do Município, segundo dados de 2020; os acessos viários sobrecarregados na região pelo grande volume de veículos, gerando congestionamento no trânsito e em horários de pico; as opções de transportes públicos insuficientes frente à densidade populacional que transita pela área de influência do projeto; e que o complexo lagunar da região encontra-se assoreado e com acúmulos de lixo em diversos pontos importantes, impedindo a passagem de embarcações que comportem um grande número de passageiros. Informou que, na subconcessão da CEDAE, a concessionária Iguá, vencedora da licitação do bloco 2, no qual estão incluídos Barra da Tijuca e Jacarepaguá, assumiu obrigação contratual de investir R\$ 250 milhões em até 03 (três) anos a partir do licenciamento, previsão até 2026, em despoluição e dragagem do Complexo Lagunar, viabilizando o estabelecimento de linhas aquaviárias pela região ao permitir a criação de canais de navegação. Apresentou um mapa de canais de navegação previstos, as definições das 29 (vinte e nove) estações do complexo em função da demanda e as 16 (dezesseis) linhas previstas. Fez uma explanação sobre os estudos de demanda, apresentou a ilustração da matriz origem x destino gerada a partir de dados de telefonia celular. A análise indicou que a maior demanda encontra-se de Rio das Pedras e Muzema em direção à Linha Amarela e à Estação Jardim Oceânico. A metodologia utilizada calculou a demanda considerando o sistema aquaviário como opção de transporte além das demais opções que existem hoje, considerando que o usuário determina a preferência através do critério menor tempo x menor custo. O modelo considerou uso do Bilhete Único Carioca, para até três viagens, integrando ônibus e/ou BRT com o transporte aquaviário. Informou que os referidos estudos se encontram no site da CCPAR.Rio. Apresentou, ainda, as tipologias de embarcações, a evolução da frota como o número de embarcações ao longo dos anos de Concessão, o cronograma de implantação das estações e os layouts das mesmas. Finalizando, deu um resumo do projeto, informando que será uma concessão para implantação e operação de transportes aquaviário no complexo lagunar da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, com o prazo da Concessão de 25 (vinte e cinco) anos, com um investimento estimado em R\$ 125 milhões, com outorga inicial mínima de R\$ 8 milhões. O Projeto considera uma regulamentação do sistema de transporte informal existente nas lagoas. Após a apresentação, foi aberto o debate para as dúvidas. O representante da Tembici questionou o porque o lago no trecho da Reserva não foi contemplado no referido projeto e se existe uma previsão de intervalos entre as embarcações. Foi informado que através de estudos não se identificou um número de demanda de volume potencial para que o trecho da Reserva entrasse no projeto e que existe uma previsão de intervalos entre as embarcações. O representante do CREA-RJ perguntou se não existe a possibilidade de se adequar com obras a ponte em relação a baldeação, foi informado que não foi contemplado investimento público para essa obra. O representante do BNDES questionou sobre a demanda de 87 mil passageiros/dia, onde o representante da CCPAR registrou que o potencial hoje é de 87 mil acrescentando 1% a cada ano. A representante da SPM-Rio perguntou se existe uma forma de absorver os trabalhadores que já executam esse trabalho no futuro, foi informada que sim, que existe um Projeto de Lei onde a matéria está sendo tratada. O representante do Fórum de Mobilidade Urbana questionou de quem é a responsabilidade de manter a manutenção de dragagem e teve como resposta que o concessionário assumirá essa responsabilidade. Continuando, o representante da FMU-RJ perguntou se existe um estudo de impacto ambiental. Foi informado que sim, existe um estudo ambiental que está no site, onde todos podem acessar. Após esclarecimentos aos senhores Conselheiros, foi passada a palavra à Sra. Andréa Gallo, secretária executiva do Colegiado, a qual informou sobre os Ofícios encaminhados aos Gestores das Instituições/Secretarias que compõem o Conselho, solicitando a indicação de Titulares e Suplentes para a nova gestão do CMTR, registrando quais foram respondidos e quais estão faltando. Registrou, ainda, a necessidade de ser publicado o novo Decreto com os novos Conselheiros. Encerrando, ficou agendada para 29 de junho de 2023 a próxima reunião do Colegiado, às 16 horas, com a



seguinte pauta: (i) Destaques de Ações da SMTR; (ii) Sistema de Multas – RADAR; (iii) Câmara de Compensação Tarifária. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião, e eu, Andréa Gallo, Assessora de Gestão Institucional, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelo Conselheiro Suplente da Secretaria Municipal de Transportes, Substituto da Presidente do Colegiado, Sr. Manuel Camillo Osorio, tendo a lista de presença anexa, parte integrante da mesma. Rio de Janeiro, 25 de maio de 2023.

MANUEL CAMILLO OSORIO

Conselheiro Suplente da SMTR

Substituto da Presidente do Conselho Municipal de Transportes

